

Resolução de Questões

DIREITO FINANCEIRO

CESPE/Unb

Concurso PGMS/2015

Pedro Caymmi

PROCURADOR MUNICIPAL DE NATAL (RN) - 2010

QUESTÃO 44

Relativamente à LRF, assinale a opção correta.

- A) Caso determinado município brasileiro, objetivando criar um pólo industrial, constitua benefícios de natureza fiscal, que resultem na redução da arrecadação de tributo específico, nesse caso, com base na LRF, para a legalidade da concessão do benefício, o município deverá elaborar estimativa de impacto orçamentário-financeiro referente ao exercício em que deva iniciar a vigência do benefício e ao exercício seguinte.
- B) Se determinado estado da Federação implementar ação governamental que acarrete aumento de despesa, em desobediência às diretrizes da LRF, o referido estado será impedido de realizar licitações para a aquisição de bens e serviços.
- C) Considera-se aumento de despesa a prorrogação daquela criada por prazo determinado.
- D) Os municípios brasileiros não poderão ter despesa total com pessoal, em cada período de apuração, superior a 40% da receita líquida corrente.

PROCURADOR MUNICIPAL DE NATAL (RN) - 2010

A) Caso determinado município brasileiro, objetivando criar um pólo industrial, constitua benefícios de natureza fiscal, que resultem na redução da arrecadação de tributo específico, nesse caso, com base na LRF, para a legalidade da concessão do benefício, o município deverá elaborar estimativa de impacto orçamentário-financeiro referente ao exercício em que deva iniciar a vigência do benefício e ao exercício seguinte.

→ Art.14, LRF (Renúncia de Receita) → Dois exercícios seguintes. Além disso, requisitos da LDO, e, OU ter sido considerada na estimativa anual de receita e não afetar as metas de receita do AMF-LDO, OU adoção de medidas de compensação.

PROCURADOR MUNICIPAL DE NATAL (RN) - 2010

B) Se determinado estado da Federação implementar ação governamental que acarrete aumento de despesa, em desobediência às diretrizes da LRF, o referido estado será impedido de realizar licitações para a aquisição de bens e serviços.

**→ Art.16, LRF (Geração de despesa) → Condição prévia, não sanção.
A despesa é não autorizada, lesiva e irregular.**

PROCURADOR MUNICIPAL DE NATAL (RN) - 2010

C) Considera-se aumento de despesa a prorrogação daquela criada por prazo determinado.

**→ Art.17, LRF (Despesa obrigatória de caráter continuado) →
Mecanismo de evitar prorrogações fraudulentas.**

PROCURADOR MUNICIPAL DE NATAL (RN) - 2010

D) Os municípios brasileiros não poderão ter despesa total com pessoal, em cada período de apuração, superior a 40% da receita líquida corrente.

→ Art.19, LRF (Limite de gastos com pessoal) → 60% da Receita Corrente Líquida (Art.2º, IV, LRF), repartido em limites por poder ou órgão autônomo (Art.20, LRF – 6% Legislativo, 54% Executivo).

PROCURADOR MUNICIPAL DE NATAL (RN) - 2010

QUESTÃO 44

Relativamente à LRF, assinale a opção correta.

- A) Caso determinado município brasileiro, objetivando criar um pólo industrial, constitua benefícios de natureza fiscal, que resultem na redução da arrecadação de tributo específico, nesse caso, com base na LRF, para a legalidade da concessão do benefício, o município deverá elaborar estimativa de impacto orçamentário-financeiro referente ao exercício em que deva iniciar a vigência do benefício e ao exercício seguinte.
- B) Se determinado estado da Federação implementar ação governamental que acarrete aumento de despesa, em desobediência às diretrizes da LRF, o referido estado será impedido de realizar licitações para a aquisição de bens e serviços.
- C) Considera-se aumento de despesa a prorrogação daquela criada por prazo determinado.**
- D) Os municípios brasileiros não poderão ter despesa total com pessoal, em cada período de apuração, superior a 40% da receita líquida corrente.

PROCURADOR MUNICIPAL DE NATAL (RN) - 2010

QUESTÃO 45

Com base nas normas gerais de direito financeiro, assinale a opção correta.

- A) Classificam-se como receitas correntes as provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas; da conversão, em espécie, de bens e direitos; os recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender despesas classificáveis em despesas de capital e, ainda, o superavit do orçamento corrente.
- B) São denominadas receitas de capital as receitas tributária, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras e, ainda, as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em despesas correntes.
- C) Conceituam-se como despesas de custeio as dotações para manutenção de serviços anteriormente criados, inclusive as destinadas a atender a obras de conservação e adaptação de bens imóveis.
- D) Denominam-se subvenções sociais as que se destinem a empresas públicas ou privadas de caráter industrial, comercial, agrícola ou pastoril.

PROCURADOR MUNICIPAL DE NATAL (RN) - 2010

A) Classificam-se como receitas correntes as provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas; da conversão, em espécie, de bens e direitos; os recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender despesas classificáveis em despesas de capital e, ainda, o superavit do orçamento corrente.

→ Art.11, lei 4.320/1964 (Classificação das receitas) → Essas são as receitas DE CAPITAL, a outra categoria econômica.

PROCURADOR MUNICIPAL DE NATAL (RN) - 2010

B) São denominadas receitas de capital as receitas tributária, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras e, ainda, as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em despesas correntes.

→ Art.11, lei 4.320/1964 (Classificação das receitas) → Essas são as receitas **CORRENTES**, a outra categoria econômica.

PROCURADOR MUNICIPAL DE NATAL (RN) - 2010

C) Conceituam-se como despesas de custeio as dotações para manutenção de serviços anteriormente criados, inclusive as destinadas a atender a obras de conservação e adaptação de bens imóveis.

→ Art.12, lei 4.320/1964 (Classificação das despesas) → Funcionamento regular e conservação da máquina administrativa. A outra subcategoria econômica da despesa corrente seriam as transferências correntes. Critério distinto da Portaria Interministerial STN/SOF 163/2001.

PROCURADOR MUNICIPAL DE NATAL (RN) - 2010

D) Denominam-se subvenções sociais as que se destinem a empresas públicas ou privadas de caráter industrial, comercial, agrícola ou pastoril.

→ Art.12, lei 4.320/1964 (Classificação das despesas) → Essas são as subvenções (transferências para cobrir despesas e custeio) ECONÔMICAS. As sociais são para entidades ASSISTENCIAIS ou CULTURAIS, sem fins lucrativos.

PROCURADOR MUNICIPAL DE NATAL (RN) - 2010

QUESTÃO 45

Com base nas normas gerais de direito financeiro, assinale a opção correta.

- A) Classificam-se como receitas correntes as provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas; da conversão, em espécie, de bens e direitos; os recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender despesas classificáveis em despesas de capital e, ainda, o superavit do orçamento corrente.
- B) São denominadas receitas de capital as receitas tributária, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras e, ainda, as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em despesas correntes.
- C) Conceituam-se como despesas de custeio as dotações para manutenção de serviços anteriormente criados, inclusive as destinadas a atender a obras de conservação e adaptação de bens imóveis.**
- D) Denominam-se subvenções sociais as que se destinem a empresas públicas ou privadas de caráter industrial, comercial, agrícola ou pastoril.

PROCURADOR MUNICIPAL DE NATAL (RN) - 2010

QUESTÃO 46

Assinale a opção correta acerca da organização municipal brasileira.

- A) O total da despesa com a remuneração dos vereadores não poderá ultrapassar o montante de 20% da receita do município.
- B) Compete à câmara municipal processar e julgar o prefeito nos crimes comuns e de responsabilidade.
- C) Anualmente, as contas dos municípios ficarão à disposição de qualquer contribuinte pelo prazo de sessenta dias, para apreciação e exame.
- D) A criação de tribunais, conselhos ou órgãos de contas municipais depende de prévia autorização legislativa municipal.

PROCURADOR MUNICIPAL DE NATAL (RN) - 2010

A) O total da despesa com a remuneração dos vereadores não poderá ultrapassar o montante de 20% da receita do município.

→ **Art.29, VII, CF (Dos Municípios) → 05%.**

PROCURADOR MUNICIPAL DE NATAL (RN) - 2010

B) Compete à câmara municipal processar e julgar o prefeito nos crimes comuns e de responsabilidade.

→ Art.29, X, CF (Dos Municípios) → Crime comum de Prefeito é julgado pelo Tribunal de Justiça.

PROCURADOR MUNICIPAL DE NATAL (RN) - 2010

C) Anualmente, as contas dos municípios ficarão à disposição de qualquer contribuinte pelo prazo de sessenta dias, para apreciação e exame.

→ Art.31, § 3º, CF (Dos Municípios) → E, ainda, poderá ser questionada a legitimidade das contas, nos termos da lei.

PROCURADOR MUNICIPAL DE NATAL (RN) - 2010

D) A criação de tribunais, conselhos ou órgãos de contas municipais depende de prévia autorização legislativa municipal.

→ Art.31, § 4º, CF (Dos Municípios) → Não serão criados novas cortes de contas exclusivas de um Município, subsistindo os dois já existentes (Rio de Janeiro e São Paulo).

PROCURADOR MUNICIPAL DE NATAL (RN) - 2010

QUESTÃO 46

Assinale a opção correta acerca da organização municipal brasileira.

- A) O total da despesa com a remuneração dos vereadores não poderá ultrapassar o montante de 20% da receita do município.
- B) Compete à câmara municipal processar e julgar o prefeito nos crimes comuns e de responsabilidade.
- C) Anualmente, as contas dos municípios ficarão à disposição de qualquer contribuinte pelo prazo de sessenta dias, para apreciação e exame.**
- D) A criação de tribunais, conselhos ou órgãos de contas municipais depende de prévia autorização legislativa municipal.

PROCURADOR MUNICIPAL DE NATAL (RN) - 2010

QUESTÃO 47

Acerca das finanças municipais, assinale a opção correta.

- A) A Lei Orçamentária Anual orientará a elaboração da LDO e disporá sobre as alterações na legislação tributária.
- B) É lícita a transposição de recursos de um órgão para outro, desde que haja parecer jurídico da procuradoria municipal em sentido favorável e sancionado pelo prefeito.
- C) O prefeito terá de enviar ao Poder Legislativo municipal os projetos de lei dos orçamentos anuais até o dia dois de maio de cada ano.
- D) O Poder Legislativo municipal poderá adotar como projeto de lei orçamentária a lei de orçamento em vigor, no caso de o prefeito não enviar o projeto de orçamento anual no prazo legal.

PROCURADOR MUNICIPAL DE NATAL (RN) - 2010

A) A Lei Orçamentária Anual orientará a elaboração da LDO e disporá sobre as alterações na legislação tributária.

→ Art.165, §§ 2º e 5º, CF (Leis Orçamentárias) → O contrário. A LDO orienta a LOA, trata de alterações na legislação tributária, além de fixar metas e prioridades da administração pública para o próximo exercício financeiro, inclusive despesas de capital, e tratar da política das agências financeiras oficiais de fomento.

PROCURADOR MUNICIPAL DE NATAL (RN) - 2010

B) É lícita a transposição de recursos de um órgão para outro, desde que haja parecer jurídico da procuradoria municipal em sentido favorável e sancionado pelo prefeito.

→ Art.167, VI, CF (Vedações Orçamentárias) → Depende de PRÉVIA AUTORIZAÇÃO LEGISLATIVA.

PROCURADOR MUNICIPAL DE NATAL (RN) - 2010

C) O prefeito terá de enviar ao Poder Legislativo municipal os projetos de lei dos orçamentos anuais até o dia dois de maio de cada ano.

→ Art.35, § 2º, ADCT (Processo Legislativo Orçamentário) → Enquanto não existir previsão em lei complementar, e na omissão da Lei Orgânica do Município, deve ser até QUATRO MESES antes do ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO financeiro, ou seja, o final de agosto.

PROCURADOR MUNICIPAL DE NATAL (RN) - 2010

D) O Poder Legislativo municipal poderá adotar como projeto de lei orçamentária a lei de orçamento em vigor, no caso de o prefeito não enviar o projeto de orçamento anual no prazo legal.

- **Art.32, lei federal 4.320/1964 (Processo Legislativo Orçamentário)**
- **Considera como proposta a lei de orçamento vigente.**

PROCURADOR MUNICIPAL DE NATAL (RN) - 2010

QUESTÃO 47

Acerca das finanças municipais, assinale a opção correta.

- A) A Lei Orçamentária Anual orientará a elaboração da LDO e disporá sobre as alterações na legislação tributária.
- B) É lícita a transposição de recursos de um órgão para outro, desde que haja parecer jurídico da procuradoria municipal em sentido favorável e sancionado pelo prefeito.
- C) O prefeito terá de enviar ao Poder Legislativo municipal os projetos de lei dos orçamentos anuais até o dia dois de maio de cada ano.
- D) O Poder Legislativo municipal poderá adotar como projeto de lei orçamentária a lei de orçamento em vigor, no caso de o prefeito não enviar o projeto de orçamento anual no prazo legal.**

PROCURADOR MUNICIPAL DE BOA VISTA(RR) - 2010

90 O controle externo da administração pública é atribuição constitucional do Poder Legislativo, que o exercerá diretamente ou com o auxílio dos tribunais de contas municipais, estaduais e da União, podendo sustar a despesa irregular que possa causar dano irreparável ou grave lesão à economia pública.

PROCURADOR MUNICIPAL DE BOA VISTA(RR) - 2010

90 O controle externo da administração pública é atribuição constitucional do Poder Legislativo, que o exercerá diretamente ou com o auxílio dos tribunais de contas municipais, estaduais e da União, podendo sustar a despesa irregular que possa causar dano irreparável ou grave lesão à economia pública.

→ Art.71 e 75, CF (Controle Externo) → Congresso Nacional previsto expressamente, os demais por simetria. Os Tribunais de Contas podem sustar diretamente ato irregular (71, IX-X, CF); já contrato tem que ser o Poder Legislativo (71, §§ 1º-2º, CF).

PROCURADOR MUNICIPAL DE BOA VISTA(RR) - 2010

90 O controle externo da administração pública é atribuição constitucional do Poder Legislativo, que o exercerá diretamente ou com o auxílio dos tribunais de contas municipais, estaduais e da União, podendo sustar a despesa irregular que possa causar dano irreparável ou grave lesão à economia pública.

✓ **CERTO**

PROCURADOR MUNICIPAL DE BOA VISTA(RR) - 2010

91 Projeto de lei de iniciativa do Poder Executivo municipal que proponha reajustamento dos benefícios previdenciários de seus servidores, com o fim de preservar o valor real das transferências, não estará sujeito às exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal relativas à compensação fixada em seu art. 17, ainda que aumente despesas obrigatórias de caráter continuado.

PROCURADOR MUNICIPAL DE BOA VISTA(RR) - 2010

91 Projeto de lei de iniciativa do Poder Executivo municipal que proponha reajustamento dos benefícios previdenciários de seus servidores, com o fim de preservar o valor real das transferências, não estará sujeito às exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal relativas à compensação fixada em seu art. 17, ainda que aumente despesas obrigatórias de caráter continuado.

→ Art.24, LRF (Despesas com Seguridade Social) → Requisitos do artigo 17, LRF e indicação da fonte de custeio total (195, § 5º, CF). O requisito da medida de compensação, aplicado ao aumento de despesas com seguridade social, em regra, não é exigido em três casos (24, § 1º, LRF):

- I - concessão de benefício a quem satisfaça as condições de habilitação prevista na legislação pertinente;**
- II - expansão quantitativa do atendimento e dos serviços prestados;**
- III - reajustamento de valor do benefício ou serviço, a fim de preservar o seu valor real.**

PROCURADOR MUNICIPAL DE BOA VISTA(RR) - 2010

91 Projeto de lei de iniciativa do Poder Executivo municipal que proponha reajustamento dos benefícios previdenciários de seus servidores, com o fim de preservar o valor real das transferências, não estará sujeito às exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal relativas à compensação fixada em seu art. 17, ainda que aumente despesas obrigatórias de caráter continuado.

✓ **CERTO**

PROCURADOR MUNICIPAL DE BOA VISTA(RR) - 2010

92 A lei orçamentária anual pode conter, além da fixação da despesa, a previsão de receita e alteração da legislação tributária e a autorização para contratação de operações de crédito ou abertura de créditos suplementares.

PROCURADOR MUNICIPAL DE BOA VISTA(RR) - 2010

92 A lei orçamentária anual pode conter, além da fixação da despesa, a previsão de receita e alteração da legislação tributária e a autorização para contratação de operações de crédito ou abertura de créditos suplementares.

→ Art.165, § 8º, CF (Princípios Orçamentários) → O princípio da exclusividade admite todos esses objetos na LOA, salvo alteração da legislação tributária.

PROCURADOR MUNICIPAL DE BOA VISTA(RR) - 2010

92 A lei orçamentária anual pode conter, além da fixação da despesa, a previsão de receita e alteração da legislação tributária e a autorização para contratação de operações de crédito ou abertura de créditos suplementares.

❖ **ERRADO**

PROCURADOR MUNICIPAL DE BOA VISTA(RR) - 2010

93 Também denominadas receitas de economia privada ou de direito privado, as receitas originárias, formadas por receitas correntes e de capital, são oriundas das rendas produzidas pelos ativos do poder público, pela cessão remunerada de bens e valores (aluguéis e ganhos em aplicações financeiras), pelos ingressos parafiscais ou pela aplicação em atividades econômicas (produção, comércio ou serviços).

PROCURADOR MUNICIPAL DE BOA VISTA(RR) - 2010

93 Também denominadas receitas de economia privada ou de direito privado, as receitas originárias, formadas por receitas correntes e de capital, são oriundas das rendas produzidas pelos ativos do poder público, pela cessão remunerada de bens e valores (aluguéis e ganhos em aplicações financeiras), pelos ingressos parafiscais ou pela aplicação em atividades econômicas (produção, comércio ou serviços).

→ **DOUTRINA** (Classificação de Receitas Públicas – Modo de Obtenção) → Receitas **ORIGINÁRIAS** X Receitas **DERIVADAS**. Ingressos parafiscais possuem natureza tributária, são receita derivada.

PROCURADOR MUNICIPAL DE BOA VISTA(RR) - 2010

93 Também denominadas receitas de economia privada ou de direito privado, as receitas originárias, formadas por receitas correntes e de capital, são oriundas das rendas produzidas pelos ativos do poder público, pela cessão remunerada de bens e valores (aluguéis e ganhos em aplicações financeiras), pelos ingressos parafiscais ou pela aplicação em atividades econômicas (produção, comércio ou serviços).

❖ **ERRADO**

PROCURADOR MUNICIPAL DE BOA VISTA(RR) - 2010

94 O exame da ordem econômica e financeira instituída pela CF permite afirmar que a exploração direta da atividade econômica pelo Estado, além dos casos constitucionalmente expressos, tais como a prestação de serviços públicos e a exploração de jazidas minerais ou de potenciais de energia hidráulica, constitui exceção justificada somente por imperativos de segurança nacional e relevante interesse coletivo, na forma da lei.

PROCURADOR MUNICIPAL DE BOA VISTA(RR) - 2010

94 O exame da ordem econômica e financeira instituída pela CF permite afirmar que a exploração direta da atividade econômica pelo Estado, além dos casos constitucionalmente expressos, tais como a prestação de serviços públicos e a exploração de jazidas minerais ou de potenciais de energia hidráulica, constitui exceção justificada somente por imperativos de segurança nacional e relevante interesse coletivo, na forma da lei.

→ Art.173, CF (Ordem Econômica) → Só se justifica nessas duas hipóteses, ressalvados apenas os casos previstos pela Constituição.

PROCURADOR MUNICIPAL DE BOA VISTA(RR) - 2010

94 O exame da ordem econômica e financeira instituída pela CF permite afirmar que a exploração direta da atividade econômica pelo Estado, além dos casos constitucionalmente expressos, tais como a prestação de serviços públicos e a exploração de jazidas minerais ou de potenciais de energia hidráulica, constitui exceção justificada somente por imperativos de segurança nacional e relevante interesse coletivo, na forma da lei.

✓ **CERTO**

PROCURADOR MUNICIPAL DE ARACAJU(SE) - 2008

49 A lei de diretrizes orçamentárias dispõe, entre outros assuntos, sobre o equilíbrio entre receitas e despesas.

PROCURADOR MUNICIPAL DE ARACAJU(SE) - 2008

49 A lei de diretrizes orçamentárias dispõe, entre outros assuntos, sobre o equilíbrio entre receitas e despesas.

→ Art.4º, I, A, LRF (Leis Orçamentárias) → A LRF trouxe inúmeros novos conteúdos a LDO, além do que já estava na CF-88.

PROCURADOR MUNICIPAL DE ARACAJU(SE) - 2008

49 A lei de diretrizes orçamentárias dispõe, entre outros assuntos, sobre o equilíbrio entre receitas e despesas.

✓ **CERTO**

PROCURADOR MUNICIPAL DE ARACAJU(SE) - 2008

50 As metas que devem estar estabelecidas no anexo de metas fiscais que integra o projeto de lei de diretrizes orçamentárias são trimestrais.

PROCURADOR MUNICIPAL DE ARACAJU(SE) - 2008

50 As metas que devem estar estabelecidas no anexo de metas fiscais que integra o projeto de lei de diretrizes orçamentárias são trimestrais.

→ Art. 4º, §§ 1º-2º, LRF (Leis Orçamentárias) → São metas ANUAIS de receitas, despesas, resultado nominal, resultado primário e montante da dívida pública, para aquele exercício e os dois seguintes.

PROCURADOR MUNICIPAL DE ARACAJU(SE) - 2008

50 As metas que devem estar estabelecidas no anexo de metas fiscais que integra o projeto de lei de diretrizes orçamentárias são trimestrais.

❖ **ERRADO**

PROCURADOR MUNICIPAL DE ARACAJU(SE) - 2008

51 O anexo de metas fiscais deve conter o demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita.

PROCURADOR MUNICIPAL DE ARACAJU(SE) - 2008

51 O anexo de metas fiscais deve conter o demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita.

→ Art. 4º, § 2º, V, LRF (Leis Orçamentárias) → Além da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado, bem como avaliação das metas do ano anterior, memória e metodologia de cálculo demonstrativas das metas fixadas, evolução do patrimônio líquido e avaliação da situação financeira e atuarial do RGPS, do RPSP e dos fundos públicos e programas de natureza atuarial.

PROCURADOR MUNICIPAL DE ARACAJU(SE) - 2008

51 O anexo de metas fiscais deve conter o demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita.

✓ **CERTO**

PROCURADOR MUNICIPAL DE ARACAJU(SE) - 2008

52 O projeto de lei orçamentária anual deve ser elaborado de forma a atender apenas o plano plurianual.

PROCURADOR MUNICIPAL DE ARACAJU(SE) - 2008

52 O projeto de lei orçamentária anual deve ser elaborado de forma a atender apenas o plano plurianual.

→ Art.165, § 2º e 166, § 3º, I, CF (Processo Legislativo Orçamentário)
→ Princípio da PROGRAMAÇÃO. Deve guardar HARMONIA E COMPLEMENTARIDADE com o PPA E A LDO.

PROCURADOR MUNICIPAL DE ARACAJU(SE) - 2008

52 O projeto de lei orçamentária anual deve ser elaborado de forma a atender apenas o plano plurianual.

❖ **ERRADO**

PROCURADOR DO ESTADO DO PIAUÍ (2014)

QUESTÃO 01

Acerca do PPA, assinale a opção correta:

- A) No âmbito estadual, o prazo de vigência do PPA deve coincidir integralmente com o do mandato de governador, ou seja, quatro anos.
- B) A LOA não encontra, no PPA, limitação quanto a dotações e execução orçamentária de investimentos com duração superior a um exercício financeiro, mas há, na esfera estadual, limitações para investimentos cuja execução ultrapasse o período do mandato do governador.
- C) No âmbito da União, o projeto de lei do PPA é de iniciativa do Poder Executivo e a sua apreciação limita-se ao do Senado Federal.
- D) A CF delegou aos diversos entes federados, em suas esferas de competência, a elaboração de normas sobre a vigência, os prazos, a elaboração e a organização de seus PPAs.
- E) Não existe, atualmente, dispositivo de lei complementar nacional que disponha acerca de vigência, prazos, elaboração e organização dos PPAs.

PROCURADOR DO ESTADO DO PIAUÍ (2014)

QUESTÃO 01

Acerca do PPA, assinale a opção correta:

A) No âmbito estadual, o prazo de vigência do PPA deve coincidir integralmente com o do mandato de governador, ou seja, quatro anos.

→ Art.35, § 2º, ADCT (Processo Legislativo Orçamentário) → Enquanto não existir previsão em lei complementar, e na omissão da Constituição Estadual, a vigência do PPA é do segundo ano de mandato até o primeiro exercício financeiro do mandato subsequente.

PROCURADOR DO ESTADO DO PIAUÍ (2014)

QUESTÃO 01

Acerca do PPA, assinale a opção correta:

B) A LOA não encontra, no PPA, limitação quanto a dotações e execução orçamentária de investimentos com duração superior a um exercício financeiro, mas há, na esfera estadual, limitações para investimentos cuja execução ultrapasse o período do mandato do governador.

→ Art. 167, § 1º, CF (Vedações Orçamentárias) → Investimentos que durem mais de um exercício financeiro devem constar ser autorizados pelo PPA ou lei que autoriza sua inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.

PROCURADOR DO ESTADO DO PIAUÍ (2014)

QUESTÃO 01

Acerca do PPA, assinale a opção correta:

C) No âmbito da União, o projeto de lei do PPA é de iniciativa do Poder Executivo e a sua apreciação limita-se ao do Senado Federal.

→ **Art. 165, *caput*, e 166, *caput*, CF (Processo Legislativo Orçamentário) → Apreciação pelas duas casas do Congresso Nacional.**

PROCURADOR DO ESTADO DO PIAUÍ (2014)

QUESTÃO 01

Acerca do PPA, assinale a opção correta:

D) A CF delegou aos diversos entes federados, em suas esferas de competência, a elaboração de normas sobre a vigência, os prazos, a elaboração e a organização de seus PPAs.

→ **Lei complementar de Normas Gerais (163, CF; 35, ADCT).**

PROCURADOR DO ESTADO DO PIAUÍ (2014)

QUESTÃO 01

Acerca do PPA, assinale a opção correta:

E) Não existe, atualmente, dispositivo de lei complementar nacional que disponha acerca de vigência, prazos, elaboração e organização dos PPAs.

→ 35, ADCT

PROCURADOR DO ESTADO DO PIAUÍ (2014)

QUESTÃO 01

Acerca do PPA, assinale a opção correta:

- A) No âmbito estadual, o prazo de vigência do PPA deve coincidir integralmente com o do mandato de governador, ou seja, quatro anos.
- B) A LOA não encontra, no PPA, limitação quanto a dotações e execução orçamentária de investimentos com duração superior a um exercício financeiro, mas há, na esfera estadual, limitações para investimentos cuja execução ultrapasse o período do mandato do governador.
- C) No âmbito da União, o projeto de lei do PPA é de iniciativa do Poder Executivo e a sua apreciação limita-se ao do Senado Federal.
- D) A CF delegou aos diversos entes federados, em suas esferas de competência, a elaboração de normas sobre a vigência, os prazos, a elaboração e a organização de seus PPAs.
- E) Não existe, atualmente, dispositivo de lei complementar nacional que disponha acerca de vigência, prazos, elaboração e organização dos PPAs.**

E

PROCURADOR DO ESTADO DO PIAUÍ (2014)

QUESTÃO 02

Assinale a opção correta com referência à LDO:

- A) Nos territórios, o projeto de LDO é de iniciativa exclusiva do Senado Federal; nos estados, a iniciativa é do governador ou de três quintos dos deputados estaduais.
- B) A LDO deve dispor sobre metas e prioridades da administração pública, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, as orientações para a elaboração da LOA e as previsões de alteração na legislação tributária, não podendo, entretanto, interferir na política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.
- C) A concessão de vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou a alteração de estruturas de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, incluindo fundações e empresas estatais, só poderão ser concretizadas se houver autorização específica na LDO.
- D) No curso do exercício financeiro, em caso de extrema urgência e relevância, a LDO da União poderá ser alterada por meio de medida provisória, ficando, porém, trancada a pauta do Congresso Nacional para a votação de outras matérias enquanto não for votado o projeto de conversão da medida provisória em lei.
- E) O projeto de LDO deve ser encaminhado ao Poder Legislativo até oito meses e meio antes do encerramento do exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento do primeiro período da sessão legislativa.

PROCURADOR DO ESTADO DO PIAUÍ (2014)

QUESTÃO 02

Assinale a opção correta com referência à LDO:

A) Nos territórios, o projeto de LDO é de iniciativa exclusiva do Senado Federal; nos estados, a iniciativa é do governador ou de três quintos dos deputados estaduais.

→ 165, *caput*, CF → Iniciativa do Chefe do Poder Executivo.

PROCURADOR DO ESTADO DO PIAUÍ (2014)

QUESTÃO 02

Assinale a opção correta com referência à LDO:

B) A LDO deve dispor sobre metas e prioridades da administração pública, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, as orientações para a elaboração da LOA e as previsões de alteração na legislação tributária, não podendo, entretanto, interferir na política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

→ 165, § 02º, CF → Inclui a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

PROCURADOR DO ESTADO DO PIAUÍ (2014)

QUESTÃO 02

Assinale a opção correta com referência à LDO:

C) A concessão de vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou a alteração de estruturas de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, incluindo fundações e empresas estatais, só poderão ser concretizadas se houver autorização específica na LDO.

→ 167, § 01º, II – Exceção, quanto à necessidade de autorização da LDO, das empresas públicas e sociedades de economia mista.

PROCURADOR DO ESTADO DO PIAUÍ (2014)

QUESTÃO 02

Assinale a opção correta com referência à LDO:

D) No curso do exercício financeiro, em caso de extrema urgência e relevância, a LDO da União poderá ser alterada por meio de medida provisória, ficando, porém, trancada a pauta do Congresso Nacional para a votação de outras matérias enquanto não for votado o projeto de conversão da medida provisória em lei.

→ 167, § 03º E 62, § 01º, d, CF → Só cabe MP em matéria orçamentária para crédito extraordinário.

PROCURADOR DO ESTADO DO PIAUÍ (2014)

QUESTÃO 02

Assinale a opção correta com referência à LDO:

E) O projeto de LDO deve ser encaminhado ao Poder Legislativo até oito meses e meio antes do encerramento do exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento do primeiro período da sessão legislativa.

→ **Art.35, § 2º, ADCT** → até que editada a lei complementar, ou CE ou LOM.

PROCURADOR DO ESTADO DO PIAUÍ (2014)

QUESTÃO 02

Assinale a opção correta com referência à LDO:

- A) Nos territórios, o projeto de LDO é de iniciativa exclusiva do Senado Federal; nos estados, a iniciativa é do governador ou de três quintos dos deputados estaduais.
- B) A LDO deve dispor sobre metas e prioridades da administração pública, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, as orientações para a elaboração da LOA e as previsões de alteração na legislação tributária, não podendo, entretanto, interferir na política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.
- C) A concessão de vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou a alteração de estruturas de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, incluindo fundações e empresas estatais, só poderão ser concretizadas se houver autorização específica na LDO.
- D) No curso do exercício financeiro, em caso de extrema urgência e relevância, a LDO da União poderá ser alterada por meio de medida provisória, ficando, porém, trancada a pauta do Congresso Nacional para a votação de outras matérias enquanto não for votado o projeto de conversão da medida provisória em lei.
- E) O projeto de LDO deve ser encaminhado ao Poder Legislativo até oito meses e meio antes do encerramento do exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento do primeiro período da sessão legislativa.**

PROCURADOR DO ESTADO DO PIAUÍ (2014)

QUESTÃO 04

À luz da LRF, assinale a opção correta relativamente aos limites para a realização de despesas públicas:

- A) É obrigatória e de caráter continuado despesa corrente derivada de lei ou de ato normativo que fixe obrigação legal para a sua execução por período superior a dois exercícios; não se considera aumento desse tipo de despesa a prorrogação daquela anteriormente criada por prazo determinado.
- B) É nulo de pleno direito ato de governador que resulte em aumento de despesa em geral expedido nos cento e oitenta dias anteriores ao final do mandato.
- C) É vedado ao chefe do Poder Executivo, no último quadrimestre do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro desse quadrimestre, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para esse efeito.
- D) Embora os atos que criarem ou majorarem despesas obrigatórias de caráter continuado devam ser instruídos com as estimativas de impacto previstas na LRF e com a demonstração da origem dos recursos para seu custeio, isso não se aplica a despesas destinadas ao serviço da dívida nem ao reajuste de servidores previsto na CF.
- E) Ato de criação de ação governamental que gere aumento da despesa de caráter continuado terá de ser acompanhado ou de estimativa do impacto orçamentário-financeiro nos dois exercícios subsequentes à sua entrada em vigor, ou de declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a LOA e compatibilidade com o PPA e com a LDO.

PROCURADOR DO ESTADO DO PIAUÍ (2014)

QUESTÃO 04

À luz da LRF, assinale a opção correta relativamente aos limites para a realização de despesas públicas:

A) É obrigatória e de caráter continuado despesa corrente derivada de lei ou de ato normativo que fixe obrigação legal para a sua execução por período superior a dois exercícios; não se considera aumento desse tipo de despesa a prorrogação daquela anteriormente criada por prazo determinado.

→ **17, *caput* e § 07º, LRF – Se considera aumento a prorrogação.**

PROCURADOR DO ESTADO DO PIAUÍ (2014)

QUESTÃO 04

À luz da LRF, assinale a opção correta relativamente aos limites para a realização de despesas públicas:

B) É nulo de pleno direito ato de governador que resulte em aumento de despesa em geral expedido nos cento e oitenta dias anteriores ao final do mandato.

→ **21, § único, LRF – Titular do Poder ou órgão autônomo.**

PROCURADOR DO ESTADO DO PIAUÍ (2014)

QUESTÃO 04

À luz da LRF, assinale a opção correta relativamente aos limites para a realização de despesas públicas:

C) É vedado ao chefe do Poder Executivo, no último quadrimestre do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro desse quadrimestre, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para esse efeito.

→ 42, LRF - Restos a pagar dos DOIS últimos quadrimestres

PROCURADOR DO ESTADO DO PIAUÍ (2014)

QUESTÃO 04

À luz da LRF, assinale a opção correta relativamente aos limites para a realização de despesas públicas:

D) Embora os atos que criarem ou majorarem despesas obrigatórias de caráter continuado devam ser instruídos com as estimativas de impacto previstas na LRF e com a demonstração da origem dos recursos para seu custeio, isso não se aplica a despesas destinadas ao serviço da dívida nem ao reajuste de servidores previsto na CF.

→ **17, § 06º, LRF.**

PROCURADOR DO ESTADO DO PIAUÍ (2014)

QUESTÃO 04

À luz da LRF, assinale a opção correta relativamente aos limites para a realização de despesas públicas:

E) Ato de criação de ação governamental que gere aumento da despesa de caráter continuado terá de ser acompanhado ou de estimativa do impacto orçamentário-financeiro nos dois exercícios subsequentes à sua entrada em vigor, ou de declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a LOA e compatibilidade com o PPA e com a LDO.

→ 16, LRF – Devem ser os dois requisitos cumulativamente.

PROCURADOR DO ESTADO DO PIAUÍ (2014)

QUESTÃO 04

À luz da LRF, assinale a opção correta relativamente aos limites para a realização de despesas públicas:

- A) É obrigatória e de caráter continuado despesa corrente derivada de lei ou de ato normativo que fixe obrigação legal para a sua execução por período superior a dois exercícios; não se considera aumento desse tipo de despesa a prorrogação daquela anteriormente criada por prazo determinado.
- B) É nulo de pleno direito ato de governador que resulte em aumento de despesa em geral expedido nos cento e oitenta dias anteriores ao final do mandato.
- C) É vedado ao chefe do Poder Executivo, no último quadrimestre do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro desse quadrimestre, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para esse efeito.
- D) Embora os atos que criarem ou majorarem despesas obrigatórias de caráter continuado devam ser instruídos com as estimativas de impacto previstas na LRF e com a demonstração da origem dos recursos para seu custeio, isso não se aplica a despesas destinadas ao serviço da dívida nem ao reajuste de servidores previsto na CF.**
- E) Ato de criação de ação governamental que gere aumento da despesa de caráter continuado terá de ser acompanhado ou de estimativa do impacto orçamentário-financeiro nos dois exercícios subsequentes à sua entrada em vigor, ou de declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a LOA e compatibilidade com o PPA e com a LDO.

PROCURADOR DO ESTADO DO PIAUÍ (2014)

QUESTÃO 05

Acerca dos créditos adicionais no direito financeiro, assinale a opção correta de acordo com a Lei nº 4.320/1964, que estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos estados, dos municípios e do DF.

- A) Os créditos suplementares destinam-se a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica.
- B) Os créditos especiais destinam-se ao reforço de dotação orçamentária insuficiente; os extraordinários, a cobrir despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.
- C) Os créditos suplementares serão autorizados por decreto do Poder Executivo e dependerão da existência de recursos disponíveis para se atender à despesa.
- D) Recursos disponíveis para legitimar a abertura de créditos suplementares são apenas o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior e os recursos provenientes de excesso de arrecadação.
- E) Os créditos adicionais, que incluem as autorizações de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas na LOA, terão vigência adstrita ao exercício financeiro em que forem abertos, salvo expressa disposição legal em contrário quanto aos especiais e extraordinários.

PROCURADOR DO ESTADO DO PIAUÍ (2014)

QUESTÃO 05

Acerca dos créditos adicionais no direito financeiro, assinale a opção correta de acordo com a Lei nº 4.320/1964, que estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos estados, dos municípios e do DF.

→ **40-46, LGO**

A) Os créditos suplementares destinam-se a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica.

→ **Especiais.**

PROCURADOR DO ESTADO DO PIAUÍ (2014)

QUESTÃO 05

Acerca dos créditos adicionais no direito financeiro, assinale a opção correta de acordo com a Lei nº 4.320/1964, que estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos estados, dos municípios e do DF.

→ **40-46, LGO**

B) Os créditos especiais destinam-se ao reforço de dotação orçamentária insuficiente; os extraordinários, a cobrir despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.

→ **Suplementares são para reforço.**

PROCURADOR DO ESTADO DO PIAUÍ (2014)

QUESTÃO 05

Acerca dos créditos adicionais no direito financeiro, assinale a opção correta de acordo com a Lei nº 4.320/1964, que estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos estados, dos municípios e do DF.

→ **40-46, LGO**

C) Os créditos suplementares serão autorizados por decreto do Poder Executivo e dependerão da existência de recursos disponíveis para se atender à despesa.

→ **Devem ter autorização legal, que pode já estar na LOA (165, § 08º, CF).**

PROCURADOR DO ESTADO DO PIAUÍ (2014)

QUESTÃO 05

Acerca dos créditos adicionais no direito financeiro, assinale a opção correta de acordo com a Lei nº 4.320/1964, que estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos estados, dos municípios e do DF.

→ **40-46, LGO**

D) Recursos disponíveis para legitimar a abertura de créditos suplementares são apenas o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior e os recursos provenientes de excesso de arrecadação.

→ **Pode ser também (i) Anulação de despesa e/ou (ii) Operação de crédito.**

PROCURADOR DO ESTADO DO PIAUÍ (2014)

QUESTÃO 05

Acerca dos créditos adicionais no direito financeiro, assinale a opção correta de acordo com a Lei nº 4.320/1964, que estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos estados, dos municípios e do DF.

→ **40-46, LGO**

E) Os créditos adicionais, que incluem as autorizações de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas na LOA, terão vigência adstrita ao exercício financeiro em que forem abertos, salvo expressa disposição legal em contrário quanto aos especiais e extraordinários.

→ **167, § 02º, CF - Desde que nos últimos quatro meses do exercício.**

PROCURADOR DO ESTADO DO PIAUÍ (2014)

QUESTÃO 05

Acerca dos créditos adicionais no direito financeiro, assinale a opção correta de acordo com a Lei nº 4.320/1964, que estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos estados, dos municípios e do DF.

- A) Os créditos suplementares destinam-se a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica.
- B) Os créditos especiais destinam-se ao reforço de dotação orçamentária insuficiente; os extraordinários, a cobrir despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.
- C) Os créditos suplementares serão autorizados por decreto do Poder Executivo e dependerão da existência de recursos disponíveis para se atender à despesa.
- D) Recursos disponíveis para legitimar a abertura de créditos suplementares são apenas o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior e os recursos provenientes de excesso de arrecadação.
- E) Os créditos adicionais, que incluem as autorizações de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas na LOA, terão vigência adstrita ao exercício financeiro em que forem abertos, salvo expressa disposição legal em contrário quanto aos especiais e extraordinários.**

PROCURADOR DO ESTADO DO PIAUÍ (2014)

QUESTÃO 06

A respeito do direito financeiro brasileiro, assinale a opção correta:

- A) A CF atribui competência privativa à União para legislar sobre direito financeiro e fixa a competência concorrente da União, dos estados e do DF para legislar sobre orçamento.
- B) Ao tratar da competência concorrente para legislar sobre orçamento, a CF não se referiu aos municípios, estando a doutrina majoritária posicionada no sentido de que o constituinte silenciou-se, razão pela qual os municípios não podem reivindicar tal competência.
- C) Se um tribunal de justiça ou o MP não encaminharem as respectivas propostas orçamentárias dentro do prazo estabelecido na LDO, o Poder Executivo considerará, para fins de consolidação da proposta orçamentária anual, a média dos valores aprovados nas últimas duas leis orçamentárias, ajustados de acordo com os limites estipulados pela LDO vigente.
- D) A Lei n.º 4.320/1964, apesar de ser lei ordinária, foi recepcionada pela CF com *status* de lei complementar, só podendo, hoje, ser alterada por lei dessa estatura.
- E) A LRF dispõe, entre outras matérias, sobre finanças públicas, concessão de garantias pelas entidades públicas, operações de câmbio realizadas pelos entes federados e fiscalização das instituições financeiras estatais.

PROCURADOR DO ESTADO DO PIAUÍ (2014)

QUESTÃO 06

A respeito do direito financeiro brasileiro, assinale a opção correta:

A) A CF atribui competência privativa à União para legislar sobre direito financeiro e fixa a competência concorrente da União, dos estados e do DF para legislar sobre orçamento.

→ **24, I-II, CF – Competência concorrente.**

PROCURADOR DO ESTADO DO PIAUÍ (2014)

QUESTÃO 06

A respeito do direito financeiro brasileiro, assinale a opção correta:

B) Ao tratar da competência concorrente para legislar sobre orçamento, a CF não se referiu aos municípios, estando a doutrina majoritária posicionada no sentido de que o constituinte silenciou-se, razão pela qual os municípios não podem reivindicar tal competência.

→ 30, II, CF – Competência suplementar.

PROCURADOR DO ESTADO DO PIAUÍ (2014)

QUESTÃO 06

A respeito do direito financeiro brasileiro, assinale a opção correta:

C) Se um tribunal de justiça ou o MP não encaminharem as respectivas propostas orçamentárias dentro do prazo estabelecido na LDO, o Poder Executivo considerará, para fins de consolidação da proposta orçamentária anual, a média dos valores aprovados nas últimas duas leis orçamentárias, ajustados de acordo com os limites estipulados pela LDO vigente.

→ 32, LGO

PROCURADOR DO ESTADO DO PIAUÍ (2014)

QUESTÃO 06

A respeito do direito financeiro brasileiro, assinale a opção correta:

D) A Lei n.º 4.320/1964, apesar de ser lei ordinária, foi recepcionada pela CF com *status* de lei complementar, só podendo, hoje, ser alterada por lei dessa estatura.

→ 163, I, CF.

PROCURADOR DO ESTADO DO PIAUÍ (2014)

QUESTÃO 06

A respeito do direito financeiro brasileiro, assinale a opção correta:

E) A LRF dispõe, entre outras matérias, sobre finanças públicas, concessão de garantias pelas entidades públicas, operações de câmbio realizadas pelos entes federados e fiscalização das instituições financeiras estatais.

→ **Artigo 01º, LR –Não versa sobre câmbio e fiscalização de instituições financeiras.**

PROCURADOR DO ESTADO DO PIAUÍ (2014)

QUESTÃO 06

A respeito do direito financeiro brasileiro, assinale a opção correta:

- A) A CF atribui competência privativa à União para legislar sobre direito financeiro e fixa a competência concorrente da União, dos estados e do DF para legislar sobre orçamento.
- B) Ao tratar da competência concorrente para legislar sobre orçamento, a CF não se referiu aos municípios, estando a doutrina majoritária posicionada no sentido de que o constituinte silenciou-se, razão pela qual os municípios não podem reivindicar tal competência.
- C) Se um tribunal de justiça ou o MP não encaminharem as respectivas propostas orçamentárias dentro do prazo estabelecido na LDO, o Poder Executivo considerará, para fins de consolidação da proposta orçamentária anual, a média dos valores aprovados nas últimas duas leis orçamentárias, ajustados de acordo com os limites estipulados pela LDO vigente.
- D) A Lei n.º 4.320/1964, apesar de ser lei ordinária, foi recepcionada pela CF com *status* de lei complementar, só podendo, hoje, ser alterada por lei dessa estatura.**
- E) A LRF dispõe, entre outras matérias, sobre finanças públicas, concessão de garantias pelas entidades públicas, operações de câmbio realizadas pelos entes federados e fiscalização das instituições financeiras estatais.

PROCURADOR DO ESTADO DA BAHIA (2013)

01 No que se refere ao direito financeiro, julgue os próximos itens.

O instrumento legislativo exigido pela CF, na esfera federal, para dispor sobre normas de finanças públicas é sempre a lei complementar.

PROCURADOR DO ESTADO DA BAHIA (2013)

01 No que se refere ao direito financeiro, julgue os próximos itens.

O instrumento legislativo exigido pela CF, na esfera federal, para dispor sobre normas de finanças públicas é sempre a lei complementar.

→ **163, I, CF – Normas Gerais.**

PROCURADOR DO ESTADO DA BAHIA (2013)

01 No que se refere ao direito financeiro, julgue os próximos itens.

O instrumento legislativo exigido pela CF, na esfera federal, para dispor sobre normas de finanças públicas é sempre a lei complementar.

✓ **CERTO**

PROCURADOR DO ESTADO DA BAHIA (2013)

02 De acordo com a CF, os municípios podem legislar sobre direito financeiro, de forma concorrente com os demais entes da Federação.

PROCURADOR DO ESTADO DA BAHIA (2013)

02 De acordo com a CF, os municípios podem legislar sobre direito financeiro, de forma concorrente com os demais entes da Federação.

→ 30, II, CF – Competência suplementar.

PROCURADOR DO ESTADO DA BAHIA (2013)

02 De acordo com a CF, os municípios podem legislar sobre direito financeiro, de forma concorrente com os demais entes da Federação.

✓ **CERTO**

PROCURADOR DO ESTADO DA BAHIA (2013)

03 Os estados podem legislar sobre direito financeiro e, sempre que o fizerem, estarão revogando qualquer norma preexistente, ainda que editada pela União.

PROCURADOR DO ESTADO DA BAHIA (2013)

03 Os estados podem legislar sobre direito financeiro e, sempre que o fizerem, estarão revogando qualquer norma preexistente, ainda que editada pela União.

→ 24, §§ 03º-04º, CF - Normas gerais da União prevalecem, e, se forem posteriores, suspendem a eficácia da lei estadual.

PROCURADOR DO ESTADO DA BAHIA (2013)

03 Os estados podem legislar sobre direito financeiro e, sempre que o fizerem, estarão revogando qualquer norma preexistente, ainda que editada pela União.

❖ **ERRADO**

PROCURADOR DO ESTADO DA BAHIA (2013)

04 Suponha que, em decorrência da apresentação de emendas ao projeto de lei orçamentária anual, alguns recursos tenham ficado sem as respectivas despesas. Em face dessa situação hipotética, julgue os itens subsequentes.

Os recursos sem despesas correspondentes podem ser utilizados desde que haja prévia e específica autorização legislativa.

PROCURADOR DO ESTADO DA BAHIA (2013)

04 Suponha que, em decorrência da apresentação de emendas ao projeto de lei orçamentária anual, alguns recursos tenham ficado sem as respectivas despesas. Em face dessa situação hipotética, julgue os itens subsequentes.

Os recursos sem despesas correspondentes podem ser utilizados desde que haja prévia e específica autorização legislativa.

→ 166, § 08º, CF - Recursos sem despesas correspondentes em função de veto, emenda ou rejeição do projeto.

PROCURADOR DO ESTADO DA BAHIA (2013)

04 Suponha que, em decorrência da apresentação de emendas ao projeto de lei orçamentária anual, alguns recursos tenham ficado sem as respectivas despesas. Em face dessa situação hipotética, julgue os itens subsequentes.

Os recursos sem despesas correspondentes podem ser utilizados desde que haja prévia e específica autorização legislativa.

✓ **CERTO**

PROCURADOR DO ESTADO DA BAHIA (2013)

05 Admite-se a aprovação de emendas ao projeto de lei orçamentária anual relacionadas à correção desse erro.

PROCURADOR DO ESTADO DA BAHIA (2013)

05 Admite-se a aprovação de emendas ao projeto de lei orçamentária anual relacionadas à correção desse erro.

→ 166, § 03º, III, A, CF → Emenda relacionada com a correção de erro ou omissão.

PROCURADOR DO ESTADO DA BAHIA (2013)

05 Admite-se a aprovação de emendas ao projeto de lei orçamentária anual relacionadas à correção desse erro.

✓ **CERTO**

PROCURADOR DO ESTADO DA BAHIA (2013)

06 Os recursos sem as correspondentes despesas podem ser utilizados mediante créditos extraordinários.

PROCURADOR DO ESTADO DA BAHIA (2013)

06 Os recursos sem as correspondentes despesas podem ser utilizados mediante créditos extraordinários.

→ 166, § 08º, CF → Créditos especiais ou suplementares.
Extraordinários (167, 3º, CF) apenas para despesas urgentes e imprevísíveis.

PROCURADOR DO ESTADO DA BAHIA (2013)

06 Os recursos sem as correspondentes despesas podem ser utilizados mediante créditos extraordinários.

❖ **ERRADO**

PROCURADOR DO ESTADO DA BAHIA (2013)

07 No que concerne ao projeto de lei orçamentária anual, julgue os próximos itens.

Para ser aprovada, a emenda ao projeto de lei orçamentária anual deve ser também compatível com o plano plurianual.

PROCURADOR DO ESTADO DA BAHIA (2013)

07 No que concerne ao projeto de lei orçamentária anual, julgue os próximos itens.

Para ser aprovada, a emenda ao projeto de lei orçamentária anual deve ser também compatível com o plano plurianual.

→ 166, § 03º, I, CF → Compatível com o PPA e a LDO.

PROCURADOR DO ESTADO DA BAHIA (2013)

07 No que concerne ao projeto de lei orçamentária anual, julgue os próximos itens.

Para ser aprovada, a emenda ao projeto de lei orçamentária anual deve ser também compatível com o plano plurianual.

✓ **CERTO**

PROCURADOR DO ESTADO DA BAHIA (2013)

08 Somente é possível a apresentação de emendas sobre projetos que nunca tenham tramitado pelo parlamento.

PROCURADOR DO ESTADO DA BAHIA (2013)

08 Somente é possível a apresentação de emendas sobre projetos que nunca tenham tramitado pelo parlamento.

→ 166, § 03º, I, CF → Compatível com o PPA e a LDO, indicação dos recursos necessários por anulação de despesa, OU relacionados com a correção de erros ou omissões ou dispositivos do texto.

PROCURADOR DO ESTADO DA BAHIA (2013)

08 Somente é possível a apresentação de emendas sobre projetos que nunca tenham tramitado pelo parlamento.

❖ **ERRADO**

PROCURADOR DO ESTADO DA BAHIA (2013)

09 Com base no disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal, julgue os seguintes itens.

Suponha que determinado ente da Federação aja com negligência no dever de arrecadar os impostos de sua competência devidamente instituídos e previstos. Nesse caso, fica vedada a realização de transferências voluntárias ao referido ente, no que se refere aos referidos impostos.

PROCURADOR DO ESTADO DA BAHIA (2013)

09 Com base no disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal, julgue os seguintes itens.

Suponha que determinado ente da Federação aja com negligência no dever de arrecadar os impostos de sua competência devidamente instituídos e previstos. Nesse caso, fica vedada a realização de transferências voluntárias ao referido ente, no que se refere aos referidos impostos.

→ 11, § único, LRF → Instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos de sua competência. Sanção institucional no caso dos impostos, com a ressalva do art. 25, § 03º, LRF.

PROCURADOR DO ESTADO DA BAHIA (2013)

09 Com base no disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal, julgue os seguintes itens.

Suponha que determinado ente da Federação aja com negligência no dever de arrecadar os impostos de sua competência devidamente instituídos e previstos. Nesse caso, fica vedada a realização de transferências voluntárias ao referido ente, no que se refere aos referidos impostos.

✓ **CERTO**

PROCURADOR DO ESTADO DA BAHIA (2013)

10 A previsão da receita pública deve ser acompanhada de demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos e de projeção para os dois seguintes àquele a que se refira.

PROCURADOR DO ESTADO DA BAHIA (2013)

10 A previsão da receita pública deve ser acompanhada de demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos e de projeção para os dois seguintes àquele a que se refira.

→ Art. 12, LRF – Observância das normas técnicas e legais; alterações na legislação; variação do índice de preços, do crescimento econômico e qualquer outro fator relevante, ALÉM da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.

PROCURADOR DO ESTADO DA BAHIA (2013)

10 A previsão da receita pública deve ser acompanhada de demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos e de projeção para os dois seguintes àquele a que se refira.

✓ **CERTO**

PROCURADOR DO ESTADO DA BAHIA (2013)

11 Os requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal incluem a instituição, a previsão e a efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente da Federação.

PROCURADOR DO ESTADO DA BAHIA (2013)

11 Os requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal incluem a instituição, a previsão e a efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente da Federação.

→ **Art. 11, *caput*, LRF – Com sanção institucional no caso dos impostos.**

PROCURADOR DO ESTADO DA BAHIA (2013)

11 Os requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal incluem a instituição, a previsão e a efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente da Federação.

✓ **CERTO**

PROCURADOR DO ESTADO DA BAHIA (2013)

12 Admite-se a reestimativa da previsão da receita pública, desde que promovida pelo Poder Legislativo, mediante aprovação de lei ordinária, por quaisquer motivos.

PROCURADOR DO ESTADO DA BAHIA (2013)

12 Admite-se a reestimativa da previsão da receita pública, desde que promovida pelo Poder Legislativo, mediante aprovação de lei ordinária, por quaisquer motivos.

→ **Art. 12, § 01º, LRF – Apenas se comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal.**

PROCURADOR DO ESTADO DA BAHIA (2013)

12 Admite-se a reestimativa da previsão da receita pública, desde que promovida pelo Poder Legislativo, mediante aprovação de lei ordinária, por quaisquer motivos.

❖ **ERRADO**

PROCURADOR DO ESTADO DA BAHIA (2013)

13 Para a renúncia de receitas concedidas na modalidade de anistia a contribuintes que tenham suprimido tributo até o valor de R\$ 10.000,00, não se exige que o valor esteja compatível com a lei de diretrizes orçamentárias ou que a renúncia de receitas seja objeto de compensação.

PROCURADOR DO ESTADO DA BAHIA (2013)

13 Para a renúncia de receitas concedidas na modalidade de anistia a contribuintes que tenham suprimido tributo até o valor de R\$ 10.000,00, não se exige que o valor esteja compatível com a lei de diretrizes orçamentárias ou que a renúncia de receitas seja objeto de compensação.

→ Art. 14, § 03º, LRF → Apenas não se aplica a variação de alíquotas dos impostos federais regulatórios (IOF, IPI, IMP e EXP) e ao cancelamento de débitos com montante inferior aos custos de cobrança.

PROCURADOR DO ESTADO DA BAHIA (2013)

13 Para a renúncia de receitas concedidas na modalidade de anistia a contribuintes que tenham suprimido tributo até o valor de R\$ 10.000,00, não se exige que o valor esteja compatível com a lei de diretrizes orçamentárias ou que a renúncia de receitas seja objeto de compensação.

❖ **ERRADO**

PROCURADOR DO ESTADO DE ALAGOAS (2009)

QUESTÃO 01

O direito financeiro cuida:

- A) da despesa feita pela administração pública, sendo que a receita arrecadada fica a cargo do direito tributário.
- B) da receita, da despesa e do orçamento público e privado.
- C) de regulamentar a instituição de tributos.
- D) do orçamento, do crédito, da receita e da despesa no âmbito da administração pública.
- E) tão-somente da receita e da despesa públicas.

PROCURADOR DO ESTADO DE ALAGOAS (2009)

QUESTÃO 01

O direito financeiro cuida:

- A) da despesa feita pela administração pública, sendo que a receita arrecadada fica a cargo do direito tributário.
- B) da receita, da despesa e do orçamento público e privado.
- C) de regulamentar a instituição de tributos.
- D) do orçamento, do crédito, da receita e da despesa no âmbito da administração pública.**
- E) tão-somente da receita e da despesa públicas.

PROCURADOR DO ESTADO DE ALAGOAS (2009)

QUESTÃO 02

O município que exceder a 95% do limite estabelecido na LRF para realizar despesas com pessoal pode

- A) conceder vantagem ou reajuste que não seja derivado de sentença judicial e de revisão geral.
- B) pagar indenização por demissão de servidores ou empregados.
- C) promover a alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa.
- D) prover cargo público que não seja para repor o decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança.
- E) criar cargo, emprego ou função.

PROCURADOR DO ESTADO DE ALAGOAS (2009)

QUESTÃO 02

O município que exceder a 95% do limite estabelecido na LRF para realizar despesas com pessoal pode

→ **Art. 22, § único, LRF – Vedações preventivas OU Medidas de bloqueio.**

A) conceder vantagem ou reajuste que não seja derivado de sentença judicial e de revisão geral.

→ **Só pode exatamente por decisão judicial, determinação legal ou contratual e revisão geral.**

PROCURADOR DO ESTADO DE ALAGOAS (2009)

QUESTÃO 02

O município que exceder a 95% do limite estabelecido na LRF para realizar despesas com pessoal pode

→ **Art. 22, § único, LRF – Vedações preventivas OU Medidas de bloqueio.**

B) pagar indenização por demissão de servidores ou empregados.

→ **Não consta do texto.**

PROCURADOR DO ESTADO DE ALAGOAS (2009)

QUESTÃO 02

O município que exceder a 95% do limite estabelecido na LRF para realizar despesas com pessoal pode

→ **Art. 22, § único, LRF – Vedações preventivas OU Medidas de bloqueio.**

C) promover a alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa.

D) prover cargo público que não seja para repor o decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança.

→ **Só pode nestas hipóteses.**

E) criar cargo, emprego ou função.

PROCURADOR DO ESTADO DE ALAGOAS (2009)

QUESTÃO 02

O município que exceder a 95% do limite estabelecido na LRF para realizar despesas com pessoal pode

A) conceder vantagem ou reajuste que não seja derivado de sentença judicial e de revisão geral.

B) pagar indenização por demissão de servidores ou empregados.

C) promover a alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa.

D) prover cargo público que não seja para repor o decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança.

E) criar cargo, emprego ou função.

PROCURADOR DO ESTADO DE ALAGOAS (2009)

QUESTÃO 03

Os objetivos da LRF **não** incluem

- A) o estabelecimento de normas para a elaboração e controle dos orçamentos públicos.
- B) o estabelecimento de normas de finanças públicas voltadas para a gestão fiscal.
- C) o estabelecimento de uma ação planejada e transparente na gestão dos recursos públicos.
- D) a prevenção de riscos e a correção de desvios que afetem o equilíbrio das contas públicas.
- E) a garantia do equilíbrio das contas públicas, por meio de metas de resultados entre receitas e despesas.

PROCURADOR DO ESTADO DE ALAGOAS (2009)

QUESTÃO 03

Os objetivos da LRF **não** incluem

→ **Artigo 01º, § 01º, LRF**

A) o estabelecimento de normas para a elaboração e controle dos orçamentos públicos.

→ **Não consta do texto expresso do artigo 01º, § 01º, LRF.**

B) o estabelecimento de normas de finanças públicas voltadas para a gestão fiscal.

C) o estabelecimento de uma ação planejada e transparente na gestão dos recursos públicos.

D) a prevenção de riscos e a correção de desvios que afetem o equilíbrio das contas públicas.

E) a garantia do equilíbrio das contas públicas, por meio de metas de resultados entre receitas e despesas.

PROCURADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (2008)

01 Julgue os itens seguintes, acerca da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

As operações de crédito por antecipação de receita realizada pelo estado-membro serão efetuadas mediante abertura de crédito junto à instituição financeira vencedora em processo competitivo eletrônico promovido pelo Banco Central do Brasil.

PROCURADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (2008)

01 Julgue os itens seguintes, acerca da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

As operações de crédito por antecipação de receita realizada pelo estado-membro serão efetuadas mediante abertura de crédito junto à instituição financeira vencedora em processo competitivo eletrônico promovido pelo Banco Central do Brasil.

→ **Art. 38, § 02º, LRF - PREGÃO**

PROCURADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (2008)

01 Julgue os itens seguintes, acerca da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

As operações de crédito por antecipação de receita realizada pelo estado-membro serão efetuadas mediante abertura de crédito junto à instituição financeira vencedora em processo competitivo eletrônico promovido pelo Banco Central do Brasil.

✓ **CERTO**

PROCURADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (2008)

02 A concessão de isenção tributária individual não caracteriza renúncia de receita e a sua instituição, portanto, dispensa a adoção de medidas de compensação.

PROCURADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (2008)

02 A concessão de isenção tributária individual não caracteriza renúncia de receita e a sua instituição, portanto, dispensa a adoção de medidas de compensação.

→ Art. 14, § 01º, LRF – Qualquer benefício tributário que corresponda a tratamento diferenciado.

PROCURADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (2008)

02 A concessão de isenção tributária individual não caracteriza renúncia de receita e a sua instituição, portanto, dispensa a adoção de medidas de compensação.

❖ **ERRADO**

PROCURADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (2008)

03 Lei estadual pode fixar limites inferiores aos previstos na LRF para as dívidas consolidadas e mobiliária, operações de crédito e concessão de garantias.

PROCURADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (2008)

03 Lei estadual pode fixar limites inferiores aos previstos na LRF para as dívidas consolidadas e mobiliária, operações de crédito e concessão de garantias.

→ **Art. 60. LRF – Lei Municipal também.**

PROCURADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (2008)

03 Lei estadual pode fixar limites inferiores aos previstos na LRF para as dívidas consolidadas e mobiliária, operações de crédito e concessão de garantias.

✓ **CERTO**

PROCURADOR DO ESTADO DO PIAUÍ (2008)

QUESTÃO 01

Assinale a opção correta no que concerne às vedações constitucionais em matéria orçamentária acerca da concessão de aumento na remuneração de servidores de determinado estado.

- A) Mesmo sem prévia autorização legislativa, o governador pode conceder aumento aos servidores do estado, desde que busque créditos suplementares para tanto.
- B) Se houver prévia dotação orçamentária, mesmo que insuficiente para atender às projeções de despesa com pessoal, o referido reajuste pode ser concedido.
- C) Para concessão de aumento a servidores de sociedade de economia mista, é suficiente a prévia dotação orçamentária, não havendo a necessidade de autorização específica na Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- D) O aumento da remuneração de pessoal, com a consequente elevação da despesa, pode ser concedido, se ultrapassar apenas 1% do limite estabelecido.
- E) O aumento pode ser concedido sem a respectiva previsão orçamentária, desde que sejam remanejados recursos de uma categoria de programação financeira para a despesa de pessoal.

PROCURADOR DO ESTADO DO PIAUÍ (2008)

QUESTÃO 01

Assinale a opção correta no que concerne às vedações constitucionais em matéria orçamentária acerca da concessão de aumento na remuneração de servidores de determinado estado.

A) Mesmo sem prévia autorização legislativa, o governador pode conceder aumento aos servidores do estado, desde que busque créditos suplementares para tanto.

→ 169, § 1º, CF-88 → Prévia dotação orçamentária E autorização da LDO.

PROCURADOR DO ESTADO DO PIAUÍ (2008)

QUESTÃO 01

Assinale a opção correta no que concerne às vedações constitucionais em matéria orçamentária acerca da concessão de aumento na remuneração de servidores de determinado estado.

B) Se houver prévia dotação orçamentária, mesmo que insuficiente para atender às projeções de despesa com pessoal, o referido reajuste pode ser concedido.

→ 169, § 1º, I, CF-88 → Prévia dotação orçamentária SUFICIENTE.

PROCURADOR DO ESTADO DO PIAUÍ (2008)

QUESTÃO 01

Assinale a opção correta no que concerne às vedações constitucionais em matéria orçamentária acerca da concessão de aumento na remuneração de servidores de determinado estado.

C) Para concessão de aumento a servidores de sociedade de economia mista, é suficiente a prévia dotação orçamentária, não havendo a necessidade de autorização específica na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

→ 169, § 1º, II, CF-88 → Ressalvadas as empresas públicas e sociedades de economia mista.

PROCURADOR DO ESTADO DO PIAUÍ (2008)

QUESTÃO 01

Assinale a opção correta no que concerne às vedações constitucionais em matéria orçamentária acerca da concessão de aumento na remuneração de servidores de determinado estado.

D) O aumento da remuneração de pessoal, com a consequente elevação da despesa, pode ser concedido, se ultrapassar apenas 1% do limite estabelecido.

→ 169, *caput*, CF + 22, § único, LRF → Não poderá exceder os limites fixados na LRF.

PROCURADOR DO ESTADO DO PIAUÍ (2008)

QUESTÃO 01

Assinale a opção correta no que concerne às vedações constitucionais em matéria orçamentária acerca da concessão de aumento na remuneração de servidores de determinado estado.

E) O aumento pode ser concedido sem a respectiva previsão orçamentária, desde que sejam remanejados recursos de uma categoria de programação financeira para a despesa de pessoal.

→ 169, § 1º, I, CF-88 → Prévia dotação orçamentária SUFICIENTE, remanejamento entre categorias apenas com autorização legal (167, VI, CF-88).

PROCURADOR DO ESTADO DO PIAUÍ (2008)

QUESTÃO 01

Assinale a opção correta no que concerne às vedações constitucionais em matéria orçamentária acerca da concessão de aumento na remuneração de servidores de determinado estado.

A) Mesmo sem prévia autorização legislativa, o governador pode conceder aumento aos servidores do estado, desde que busque créditos suplementares para tanto.

B) Se houver prévia dotação orçamentária, mesmo que insuficiente para atender às projeções de despesa com pessoal, o referido reajuste pode ser concedido.

C) Para concessão de aumento a servidores de sociedade de economia mista, é suficiente a prévia dotação orçamentária, não havendo a necessidade de autorização específica na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

D) O aumento da remuneração de pessoal, com a consequente elevação da despesa, pode ser concedido, se ultrapassar apenas 1% do limite estabelecido.

E) O aumento pode ser concedido sem a respectiva previsão orçamentária, desde que sejam remanejados recursos de uma categoria de programação financeira para a despesa de pessoal.

PROCURADOR DO ESTADO DO PIAUÍ (2008)

QUESTÃO 02

Com o objetivo de possibilitar que mais empresas tivessem interesse em abrir filiais no estado em que governa, o governador encaminhou à respectiva casa legislativa projeto de lei sobre alteração da alíquota de ICMS. Com base nessa situação, assinale a opção correta a respeito de renúncia de receita.

- A) A renúncia de receita pode ser concedida, desde que prevista no orçamento geral do estado.
- B) Estão isentos das restrições previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal os cancelamentos de débitos cujo valor seja superior aos seus custos de cobrança.
- C) Para concessão de qualquer benefício, é preciso estimar o impacto orçamentário-financeiro até o exercício seguinte.
- D) Entre outros fatores, é preciso, inclusive, estimar o impacto orçamentário-financeiro no exercício inicial de vigência da lei que pode resultar do mencionado projeto e nos dois seguintes.
- E) Para que entre em vigor a renúncia fiscal, basta prever compensação.

PROCURADOR DO ESTADO DO PIAUÍ (2008)

QUESTÃO 02

Com o objetivo de possibilitar que mais empresas tivessem interesse em abrir filiais no estado em que governa, o governador encaminhou à respectiva casa legislativa projeto de lei sobre alteração da alíquota de ICMS. Com base nessa situação, assinale a opção correta a respeito de renúncia de receita.

A) A renúncia de receita pode ser concedida, desde que prevista no orçamento geral do estado.

→ 14, LRF → Estimativa de impacto orçamentário financeiro; LDO; Consideração na estimativa da LOA e nas metas do AMF-LDO OU adoção de medidas de compensação.

PROCURADOR DO ESTADO DO PIAUÍ (2008)

QUESTÃO 02

Com o objetivo de possibilitar que mais empresas tivessem interesse em abrir filiais no estado em que governa, o governador encaminhou à respectiva casa legislativa projeto de lei sobre alteração da alíquota de ICMS. Com base nessa situação, assinale a opção correta a respeito de renúncia de receita.

B) Estão isentos das restrições previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal os cancelamentos de débitos cujo valor seja superior aos seus custos de cobrança.

→ 14, § 3º, II, LRF → Débitos de valor INFERIOR aos custos de cobrança.

PROCURADOR DO ESTADO DO PIAUÍ (2008)

QUESTÃO 02

Com o objetivo de possibilitar que mais empresas tivessem interesse em abrir filiais no estado em que governa, o governador encaminhou à respectiva casa legislativa projeto de lei sobre alteração da alíquota de ICMS. Com base nessa situação, assinale a opção correta a respeito de renúncia de receita.

C) Para concessão de qualquer benefício, é preciso estimar o impacto orçamentário-financeiro até o exercício seguinte.

→ 14, *caput*, LRF → Estimativa de impacto orçamentário financeiro no exercício e nos DOIS seguintes.

PROCURADOR DO ESTADO DO PIAUÍ (2008)

QUESTÃO 02

Com o objetivo de possibilitar que mais empresas tivessem interesse em abrir filiais no estado em que governa, o governador encaminhou à respectiva casa legislativa projeto de lei sobre alteração da alíquota de ICMS. Com base nessa situação, assinale a opção correta a respeito de renúncia de receita.

D) Entre outros fatores, é preciso, inclusive, estimar o impacto orçamentário-financeiro no exercício inicial de vigência da lei que pode resultar do mencionado projeto e nos dois seguintes.

→ 14, *caput*, LRF → Estimativa de impacto orçamentário financeiro no exercício e nos DOIS seguintes.

PROCURADOR DO ESTADO DO PIAUÍ (2008)

QUESTÃO 02

Com o objetivo de possibilitar que mais empresas tivessem interesse em abrir filiais no estado em que governa, o governador encaminhou à respectiva casa legislativa projeto de lei sobre alteração da alíquota de ICMS. Com base nessa situação, assinale a opção correta a respeito de renúncia de receita.

E) Para que entre em vigor a renúncia fiscal, basta prever compensação.

→ 14, § 2º, LRF → Se for o caso de adoção de medidas de compensação, só entrará em vigor quando implementada a medida de compensação.

PROCURADOR DO ESTADO DO PIAUÍ (2008)

QUESTÃO 02

Com o objetivo de possibilitar que mais empresas tivessem interesse em abrir filiais no estado em que governa, o governador encaminhou à respectiva casa legislativa projeto de lei sobre alteração da alíquota de ICMS. Com base nessa situação, assinale a opção correta a respeito de renúncia de receita.

- A) A renúncia de receita pode ser concedida, desde que prevista no orçamento geral do estado.
- B) Estão isentos das restrições previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal os cancelamentos de débitos cujo valor seja superior aos seus custos de cobrança.
- C) Para concessão de qualquer benefício, é preciso estimar o impacto orçamentário-financeiro até o exercício seguinte.
- D) Entre outros fatores, é preciso, inclusive, estimar o impacto orçamentário-financeiro no exercício inicial de vigência da lei que pode resultar do mencionado projeto e nos dois seguintes.**
- E) Para que entre em vigor a renúncia fiscal, basta prever compensação.

PROCURADOR DO ESTADO DO PIAUÍ (2008)

QUESTÃO 03

Cabe à Lei de Diretrizes Orçamentárias

(165, § 2º, CF-88 + 04º, LRF)

- A) disciplinar as transferências financeiras entre entidades privadas.
- B) estabelecer limitações à expansão de receitas governamentais.
- C) dispor sobre o controle de custos e a avaliação dos resultados dos programas financiados pela iniciativa privada.
- D) quantificar o resultado primário a ser obtido com vistas à redução do montante da dívida e das despesas com juros
- E) dispor sobre o equilíbrio entre custos e despesas.

PROCURADOR DO ESTADO DO PIAUÍ (2008)

QUESTÃO 03

Cabe à Lei de Diretrizes Orçamentárias

(165, § 2º, CF-88 + 04º, LRF)

A) disciplinar as transferências financeiras entre entidades privadas.

→ 04º, I, F, LRF → Do Estado para entidades públicas ou privadas.

PROCURADOR DO ESTADO DO PIAUÍ (2008)

QUESTÃO 03

Cabe à Lei de Diretrizes Orçamentárias

(165, § 2º, CF-88 + 04º, LRF)

B) estabelecer limitações à expansão de receitas governamentais.

→ 04º, I, A e § 2º, V, LRF → Equilíbrio e margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.

PROCURADOR DO ESTADO DO PIAUÍ (2008)

QUESTÃO 03

Cabe à Lei de Diretrizes Orçamentárias

(165, § 2º, CF-88 + 04º, LRF)

C) dispor sobre o controle de custos e a avaliação dos resultados dos programas financiados pela iniciativa privada.

→ 04º, I, E, LRF → Programas financiados com recursos dos orçamentos.

PROCURADOR DO ESTADO DO PIAUÍ (2008)

QUESTÃO 03

Cabe à Lei de Diretrizes Orçamentárias

(165, § 2º, CF-88 + 04º, LRF)

D) quantificar o resultado primário a ser obtido com vistas à redução do montante da dívida e das despesas com juros

→ 31, § 1º, II E 04º, I, B, LRF → Mediante limitação de empenho.

PROCURADOR DO ESTADO DO PIAUÍ (2008)

QUESTÃO 03

Cabe à Lei de Diretrizes Orçamentárias

(165, § 2º, CF-88 + 04º, LRF)

E) dispor sobre o equilíbrio entre custos e despesas.

→ 04º, I, A, LRF → Equilíbrio entre receitas e despesas.

PROCURADOR DO ESTADO DO PIAUÍ (2008)

QUESTÃO 03

Cabe à Lei de Diretrizes Orçamentárias

(165, § 2º, CF-88 + 04º, LRF)

- A) disciplinar as transferências financeiras entre entidades privadas.
- B) estabelecer limitações à expansão de receitas governamentais.
- C) dispor sobre o controle de custos e a avaliação dos resultados dos programas financiados pela iniciativa privada.
- D) quantificar o resultado primário a ser obtido com vistas à redução do montante da dívida e das despesas com juros.**
- E) dispor sobre o equilíbrio entre custos e despesas.

PROCURADOR DO ESTADO DE PERNAMBUCO (2009)

QUESTÃO 01

Assinale a opção correta quanto às normas vigentes relativas aos orçamentos públicos.

- A) Para fins de estimativa e de registro na LOA, prevalece a noção de receita corrente líquida, conforme definida na LRF.
- B) O presidente do TJPE tem legitimidade para enviar à Assembleia Legislativa projeto de lei autorizando a abertura de crédito especial, para atender a despesas do Poder Judiciário estadual, que ainda não tenham dotação orçamentária específica.
- C) Se o estado de Pernambuco apresentou receitas correntes de R\$ 11,6 bilhões e despesas correntes de R\$ 10 bilhões, em 2008, então a diferença deve ser considerada receita de capital, mas não integra o rol das chamadas receitas orçamentárias.
- D) Não há, na CF, vedação aos chamados orçamentos rabilongos.
- E) O estado de Pernambuco pode constituir, por decreto do governador, o fundo especial da pobreza, para destinar recursos a programas de atendimento a pessoas desempregadas ou de baixa renda.

PROCURADOR DO ESTADO DE PERNAMBUCO (2009)

QUESTÃO 01

Assinale a opção correta quanto às normas vigentes relativas aos orçamentos públicos.

A) Para fins de estimativa e de registro na LOA, prevalece a noção de receita corrente líquida, conforme definida na LRF.

→ 12, LRF → Estimativa de receita de acordo com normas técnicas e legais. RCL (02º, IV, LRF) tem outros objetivos.

PROCURADOR DO ESTADO DE PERNAMBUCO (2009)

QUESTÃO 01

Assinale a opção correta quanto às normas vigentes relativas aos orçamentos públicos.

B) O presidente do TJPE tem legitimidade para enviar à Assembleia Legislativa projeto de lei autorizando a abertura de crédito especial, para atender a despesas do Poder Judiciário estadual, que ainda não tenham dotação orçamentária específica.

→ 165, *caput* e 166, *caput*, CF → Iniciativa do Chefe do Poder Executivo.

PROCURADOR DO ESTADO DE PERNAMBUCO (2009)

QUESTÃO 01

Assinale a opção correta quanto às normas vigentes relativas aos orçamentos públicos.

C) Se o estado de Pernambuco apresentou receitas correntes de R\$ 11,6 bilhões e despesas correntes de R\$ 10 bilhões, em 2008, então a diferença deve ser considerada receita de capital, mas não integra o rol das chamadas receitas orçamentárias.

→ 11, §§ 02º-03º, Lei 4.320/1964 → O *superávit* do orçamento (balanço receitas e despesas correntes) é receita de capital, mas não constitui item de registro como receita orçamentária.

PROCURADOR DO ESTADO DE PERNAMBUCO (2009)

QUESTÃO 01

Assinale a opção correta quanto às normas vigentes relativas aos orçamentos públicos.

D) Não há, na CF, vedação aos chamados orçamentos rabilongos.

→ 165, § 08º, CF → Princípio da exclusividade.

PROCURADOR DO ESTADO DE PERNAMBUCO (2009)

QUESTÃO 01

Assinale a opção correta quanto às normas vigentes relativas aos orçamentos públicos.

E) O estado de Pernambuco pode constituir, por decreto do governador, o fundo especial da pobreza, para destinar recursos a programas de atendimento a pessoas desempregadas ou de baixa renda.

→ Créditos adicionais → Autorização legal.

PROCURADOR DO ESTADO DE PERNAMBUCO (2009)

QUESTÃO 01

Assinale a opção correta quanto às normas vigentes relativas aos orçamentos públicos.

A) Para fins de estimativa e de registro na LOA, prevalece a noção de receita corrente líquida, conforme definida na LRF.

B) O presidente do TJPE tem legitimidade para enviar à Assembleia Legislativa projeto de lei autorizando a abertura de crédito especial, para atender a despesas do Poder Judiciário estadual, que ainda não tenham dotação orçamentária específica.

C) Se o estado de Pernambuco apresentou receitas correntes de R\$ 11,6 bilhões e despesas correntes de R\$ 10 bilhões, em 2008, então a diferença deve ser considerada receita de capital, mas não integra o rol das chamadas receitas orçamentárias.

D) Não há, na CF, vedação aos chamados orçamentos rabilongos.

E) O estado de Pernambuco pode constituir, por decreto do governador, o fundo especial da pobreza, para destinar recursos a programas de atendimento a pessoas desempregadas ou de baixa renda.

PROCURADOR DO ESTADO DE PERNAMBUCO (2009)

QUESTÃO 02

Quanto às normas relativas à receita pública, assinale a opção correta.

- A) Admite-se, no âmbito das receitas tributárias e a bem do princípio da especificação, a instituição de caixas específicos, de forma a evidenciar, separadamente, o recolhimento das várias espécies de tributos.
- B) É vedado ao Poder Legislativo do estado de Pernambuco alterar a estimativa das receitas públicas constantes do projeto de lei orçamentária anual, de iniciativa do governador do estado.
- C) A implementação de alterações na legislação de tributos de um ente federado depende de prévia autorização da LDO, conforme mandamento constitucional.
- D) Considere que o estado de Pernambuco tenha débitos a receber de R\$ 10 milhões, cujos custos de cobrança ultrapassem a esse valor. Nessa situação, não se admite o cancelamento dos referidos débitos, a título de renúncia de receita.
- E) Receitas próprias dos órgãos da administração pública, como tarifas e preços públicos, têm registro na LOA.

PROCURADOR DO ESTADO DE PERNAMBUCO (2009)

QUESTÃO 02

Quanto às normas relativas à receita pública, assinale a opção correta.

A) Admite-se, no âmbito das receitas tributárias e a bem do princípio da especificação, a instituição de caixas específicos, de forma a evidenciar, separadamente, o recolhimento das várias espécies de tributos.

→ 57, lei 4.320/1964 → Unidade de tesouraria, vedada fragmentação em caixas/contas especiais.

PROCURADOR DO ESTADO DE PERNAMBUCO (2009)

QUESTÃO 02

Quanto às normas relativas à receita pública, assinale a opção correta.

B) É vedado ao Poder Legislativo do estado de Pernambuco alterar a estimativa das receitas públicas constantes do projeto de lei orçamentária anual, de iniciativa do governador do estado.

→ 12, § 01º, LRF → É possível se comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal.

PROCURADOR DO ESTADO DE PERNAMBUCO (2009)

QUESTÃO 02

Quanto às normas relativas à receita pública, assinale a opção correta.

C) A implementação de alterações na legislação de tributos de um ente federado depende de prévia autorização da LDO, conforme mandamento constitucional.

→ 165, § 02º, CF-88 → Propor/planejar alterações na legislação tributária.

PROCURADOR DO ESTADO DE PERNAMBUCO (2009)

QUESTÃO 02

Quanto às normas relativas à receita pública, assinale a opção correta.

D) Considere que o estado de Pernambuco tenha débitos a receber de R\$ 10 milhões, cujos custos de cobrança ultrapassem a esse valor. Nessa situação, não se admite o cancelamento dos referidos débitos, a título de renúncia de receita.

→ 14, § 03º, II, LRF → Não é renúncia de receita o cancelamento do débito inferior aos custos de cobrança.

PROCURADOR DO ESTADO DE PERNAMBUCO (2009)

QUESTÃO 02

Quanto às normas relativas à receita pública, assinale a opção correta.

E) Receitas próprias dos órgãos da administração pública, como tarifas e preços públicos, têm registro na LOA.

→ 57, lei 4.320/1964 → Ressalvadas as receitas extraorçamentárias, todas as receitas arrecadadas são registradas na execução orçamentária.

PROCURADOR DO ESTADO DE PERNAMBUCO (2009)

QUESTÃO 02

Quanto às normas relativas à receita pública, assinale a opção correta.

- A) Admite-se, no âmbito das receitas tributárias e a bem do princípio da especificação, a instituição de caixas específicos, de forma a evidenciar, separadamente, o recolhimento das várias espécies de tributos.
- B) É vedado ao Poder Legislativo do estado de Pernambuco alterar a estimativa das receitas públicas constantes do projeto de lei orçamentária anual, de iniciativa do governador do estado.
- C) A implementação de alterações na legislação de tributos de um ente federado depende de prévia autorização da LDO, conforme mandamento constitucional.
- D) Considere que o estado de Pernambuco tenha débitos a receber de R\$ 10 milhões, cujos custos de cobrança ultrapassem a esse valor. Nessa situação, não se admite o cancelamento dos referidos débitos, a título de renúncia de receita.
- E) Receitas próprias dos órgãos da administração pública, como tarifas e preços públicos, têm registro na LOA.**

PROCURADOR DO ESTADO DE PERNAMBUCO (2009)

QUESTÃO 03

Acerca da disciplina legal do endividamento e do crédito público, assinale a opção correta.

- A) Não se admite a realização de operações de crédito entre uma instituição financeira estatal e o ente da Federação que a controle, na qualidade de beneficiário do empréstimo, mesmo nos casos de aquisição de títulos da dívida pública para atender a investimento de seus clientes.
- B) Em casos excepcionais, a pedido do Poder Executivo e mediante justificativas apresentadas pelo Ministério da Fazenda, o limite para concessão de garantias, pela União, pode ser ampliado temporariamente, ultrapassando 60% da sua receita corrente líquida.
- C) A dívida decorrente da emissão de títulos de responsabilidade do BACEN não deve ser incluída no montante da dívida pública fundada da União.
- D) A amortização da dívida pública e o pagamento dos juros correspondentes são classificados como despesas de capital.
- E) Para fins de apuração da dívida flutuante, são excluídos os restos a pagar.

PROCURADOR DO ESTADO DE PERNAMBUCO (2009)

QUESTÃO 03

Acerca da disciplina legal do endividamento e do crédito público, assinale a opção correta.

A) Não se admite a realização de operações de crédito entre uma instituição financeira estatal e o ente da Federação que a controle, na qualidade de beneficiário do empréstimo, mesmo nos casos de aquisição de títulos da dívida pública para atender a investimento de seus clientes.

→ 36, § único, LRF → Nesta hipótese, é possível.

PROCURADOR DO ESTADO DE PERNAMBUCO (2009)

QUESTÃO 03

Acerca da disciplina legal do endividamento e do crédito público, assinale a opção correta.

B) Em casos excepcionais, a pedido do Poder Executivo e mediante justificativas apresentadas pelo Ministério da Fazenda, o limite para concessão de garantias, pela União, pode ser ampliado temporariamente, ultrapassando 60% da sua receita corrente líquida.

→ LRF

PROCURADOR DO ESTADO DE PERNAMBUCO (2009)

QUESTÃO 03

Acerca da disciplina legal do endividamento e do crédito público, assinale a opção correta.

C) A dívida decorrente da emissão de títulos de responsabilidade do BACEN não deve ser incluída no montante da dívida pública fundada da União.

→ 29, § 02º, LRF → Integra a dívida consolidada da União os títulos do BACEN.

PROCURADOR DO ESTADO DE PERNAMBUCO (2009)

QUESTÃO 03

Acerca da disciplina legal do endividamento e do crédito público, assinale a opção correta.

D) A amortização da dívida pública e o pagamento dos juros correspondentes são classificados como despesas de capital.

→ 12, lei 4.320/1964 → Pagamento de serviços da dívida é despesa corrente.

PROCURADOR DO ESTADO DE PERNAMBUCO (2009)

QUESTÃO 03

Acerca da disciplina legal do endividamento e do crédito público, assinale a opção correta.

E) Para fins de apuração da dívida flutuante, são excluídos os restos a pagar.

→ 92, I, lei 4.320/1964 → Integram a dívida flutuante os restos a pagar.

PROCURADOR DO ESTADO DE PERNAMBUCO (2009)

QUESTÃO 03

Acerca da disciplina legal do endividamento e do crédito público, assinale a opção correta.

A) Não se admite a realização de operações de crédito entre uma instituição financeira estatal e o ente da Federação que a controle, na qualidade de beneficiário do empréstimo, mesmo nos casos de aquisição de títulos da dívida pública para atender a investimento de seus clientes.

B) Em casos excepcionais, a pedido do Poder Executivo e mediante justificativas apresentadas pelo Ministério da Fazenda, o limite para concessão de garantias, pela União, pode ser ampliado temporariamente, ultrapassando 60% da sua receita corrente líquida.

C) A dívida decorrente da emissão de títulos de responsabilidade do BACEN não deve ser incluída no montante da dívida pública fundada da União.

D) A amortização da dívida pública e o pagamento dos juros correspondentes são classificados como despesas de capital.

E) Para fins de apuração da dívida flutuante, são excluídos os restos a pagar.

PROCURADOR DO ESTADO DO CEARÁ (2008)

QUESTÃO 01

Na elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA), foi incluída a contratação de operações de crédito por antecipação de receita. A partir dessa informação, assinale a opção correta.

- A) A Constituição Federal prevê que só podem constar da LOA dispositivos acerca da previsão da receita e da fixação da despesa, sem exceção.
- B) A proibição de que a LOA contenha dispositivos estranhos à previsão da receita e à fixação da despesa recai, inclusive, sobre os créditos suplementares.
- C) A contratação de operações de crédito, desde que não seja por antecipação de receita, pode constar da LOA.
- D) Os créditos suplementares e as operações de crédito, inclusive aquelas provenientes de antecipação de receita, não estão incluídos na proibição de que a LOA cuide apenas da previsão da receita e da fixação da despesa.
- E) A LOA é peça de ficção jurídica e, como tal, aceita qualquer dispositivo.

PROCURADOR DO ESTADO DO CEARÁ (2008)

QUESTÃO 01

Na elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA), foi incluída a contratação de operações de crédito por antecipação de receita. A partir dessa informação, assinale a opção correta.

(165, § 08º, CF + 38, LRF)

A) A Constituição Federal prevê que só podem constar da LOA dispositivos acerca da previsão da receita e da fixação da despesa, sem exceção.

→ 165, § 08º → Pode constar da LOA autorização para abertura de crédito suplementar E contratação de operações de crédito.

PROCURADOR DO ESTADO DO CEARÁ (2008)

QUESTÃO 01

Na elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA), foi incluída a contratação de operações de crédito por antecipação de receita. A partir dessa informação, assinale a opção correta.

(165, § 08º, CF + 38, LRF)

B) A proibição de que a LOA contenha dispositivos estranhos à previsão da receita e à fixação da despesa recai, inclusive, sobre os créditos suplementares.

→ 165, § 08º → Pode constar da LOA autorização para abertura de crédito suplementar E contratação de operações de crédito.

PROCURADOR DO ESTADO DO CEARÁ (2008)

QUESTÃO 01

Na elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA), foi incluída a contratação de operações de crédito por antecipação de receita. A partir dessa informação, assinale a opção correta.

(165, § 08º, CF + 38, LRF)

C) A contratação de operações de crédito, desde que não seja por antecipação de receita, pode constar da LOA.

→ 165, § 08º → Pode constar da LOA autorização para abertura de crédito suplementar E contratação de operações de crédito, INCLUSIVE por antecipação de receita.

PROCURADOR DO ESTADO DO CEARÁ (2008)

QUESTÃO 01

Na elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA), foi incluída a contratação de operações de crédito por antecipação de receita. A partir dessa informação, assinale a opção correta.

(165, § 08º, CF + 38, LRF)

D) Os créditos suplementares e as operações de crédito, inclusive aquelas provenientes de antecipação de receita, não estão incluídos na proibição de que a LOA cuide apenas da previsão da receita e da fixação da despesa.

→ 165, § 08º → Pode constar da LOA autorização para abertura de crédito suplementar E contratação de operações de crédito.

PROCURADOR DO ESTADO DO CEARÁ (2008)

QUESTÃO 01

Na elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA), foi incluída a contratação de operações de crédito por antecipação de receita. A partir dessa informação, assinale a opção correta.

(165, § 08º, CF + 38, LRF)

E) A LOA é peça de ficção jurídica e, como tal, aceita qualquer dispositivo.

→ 167, II, CF + 12, LRF → Deve ter estimativa coerente de receita E só podem ser executadas despesas após autorização legal.

PROCURADOR DO ESTADO DO CEARÁ (2008)

QUESTÃO 01

Na elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA), foi incluída a contratação de operações de crédito por antecipação de receita. A partir dessa informação, assinale a opção correta.

A) A Constituição Federal prevê que só podem constar da LOA dispositivos acerca da previsão da receita e da fixação da despesa, sem exceção.

B) A proibição de que a LOA contenha dispositivos estranhos à previsão da receita e à fixação da despesa recai, inclusive, sobre os créditos suplementares.

C) A contratação de operações de crédito, desde que não seja por antecipação de receita, pode constar da LOA.

D) Os créditos suplementares e as operações de crédito, inclusive aquelas provenientes de antecipação de receita, não estão incluídos na proibição de que a LOA cuide apenas da previsão da receita e da fixação da despesa.

E) A LOA é peça de ficção jurídica e, como tal, aceita qualquer dispositivo.

PROCURADOR DO ESTADO DO CEARÁ (2008)

QUESTÃO 02

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)

- A) é de iniciativa do Poder Legislativo.
- B) Tem o objetivo, entre outros, de orientar a elaboração do plano plurianual e da LOA.
- C) compreende as metas e prioridades da administração pública, excluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente.
- D) dispõe sobre alteração na legislação financeira.
- E) tem o objetivo, entre outros, de estabelecer a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

PROCURADOR DO ESTADO DO CEARÁ (2008)

QUESTÃO 02

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)

A) é de iniciativa do Poder Legislativo.

→ 165, *caput*, CF-88 → Chefe do Poder Executivo.

PROCURADOR DO ESTADO DO CEARÁ (2008)

QUESTÃO 02

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)

B) Tem o objetivo, entre outros, de orientar a elaboração do plano plurianual e da LOA.

→ 165, § 02º, CF-88 → Apenas da LOA.

PROCURADOR DO ESTADO DO CEARÁ (2008)

QUESTÃO 02

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)

C) compreende as metas e prioridades da administração pública, excluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente.

→ 165, § 02º, CF-88 → Incluindo as despesas de capital.

PROCURADOR DO ESTADO DO CEARÁ (2008)

QUESTÃO 02

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)

D) dispõe sobre alteração na legislação financeira.

→ 165, § 02º, CF-88 → Legislação tributária.

PROCURADOR DO ESTADO DO CEARÁ (2008)

QUESTÃO 02

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)

E) tem o objetivo, entre outros, de estabelecer a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

→ 165, § 02º, CF-88.

PROCURADOR DO ESTADO DO CEARÁ (2008)

QUESTÃO 02

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)

- A) é de iniciativa do Poder Legislativo.
- B) Tem o objetivo, entre outros, de orientar a elaboração do plano plurianual e da LOA.
- C) compreende as metas e prioridades da administração pública, excluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente.
- D) dispõe sobre alteração na legislação financeira.
- E) tem o objetivo, entre outros, de estabelecer a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.**

PROCURADOR DO ESTADO DO CEARÁ (2008)

QUESTÃO 03

O governo de um estado da Federação estuda a concessão de aumento de remuneração a seus servidores públicos. Nessa situação hipotética, a concessão do aumento só poderá ser efetivada se houver

- A) lei específica prevendo o aumento e devidamente aprovada na Casa legislativa, independentemente de previsão orçamentária.
- B) prévia dotação orçamentária para atender à despesa com pessoal, mesmo que esta não tenha sido prevista na LDO.
- C) dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e autorização específica na LDO, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista que não necessitam dessa autorização.
- D) dotação orçamentária suficiente para atender à despesa de pessoal e autorização específica na LDO, mesmo quando se tratar de empresas públicas.
- E) apenas previsão específica na LDO, uma vez que a dotação orçamentária depende da previsão estipulada na LOA.

PROCURADOR DO ESTADO DO CEARÁ (2008)

QUESTÃO 03

O governo de um estado da Federação estuda a concessão de aumento de remuneração a seus servidores públicos. Nessa situação hipotética, a concessão do aumento só poderá ser efetivada se houver

A) lei específica prevendo o aumento e devidamente aprovada na Casa legislativa, independentemente de previsão orçamentária.

→ 169, § 1º, CF-88 → Prévia dotação orçamentária E autorização da LDO.

PROCURADOR DO ESTADO DO CEARÁ (2008)

QUESTÃO 03

O governo de um estado da Federação estuda a concessão de aumento de remuneração a seus servidores públicos. Nessa situação hipotética, a concessão do aumento só poderá ser efetivada se houver

B) prévia dotação orçamentária para atender à despesa com pessoal, mesmo que esta não tenha sido prevista na LDO.

→ 169, § 1º, CF-88 → Prévia dotação orçamentária E autorização da LDO.

PROCURADOR DO ESTADO DO CEARÁ (2008)

QUESTÃO 03

O governo de um estado da Federação estuda a concessão de aumento de remuneração a seus servidores públicos. Nessa situação hipotética, a concessão do aumento só poderá ser efetivada se houver

C) dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e autorização específica na LDO, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista que não necessitam dessa autorização.

→ 169, § 1º, CF-88 → Prévia dotação orçamentária E autorização da LDO, ressalvadas, NESTE REQUISITO, as empresas estatais.

PROCURADOR DO ESTADO DO CEARÁ (2008)

QUESTÃO 03

O governo de um estado da Federação estuda a concessão de aumento de remuneração a seus servidores públicos. Nessa situação hipotética, a concessão do aumento só poderá ser efetivada se houver

D) dotação orçamentária suficiente para atender à despesa de pessoal e autorização específica na LDO, mesmo quando se tratar de empresas públicas.

→ 169, § 1º, CF-88 → Prévia dotação orçamentária E autorização da LDO, ressalvadas, NESTE REQUISITO, as empresas estatais.

PROCURADOR DO ESTADO DO CEARÁ (2008)

QUESTÃO 03

O governo de um estado da Federação estuda a concessão de aumento de remuneração a seus servidores públicos. Nessa situação hipotética, a concessão do aumento só poderá ser efetivada se houver

E) apenas previsão específica na LDO, uma vez que a dotação orçamentária depende da previsão estipulada na LOA.

→ 169, § 1º, CF-88 → Prévia dotação orçamentária E autorização da LDO, ressalvadas, NESTE REQUISITO, as empresas estatais.

PROCURADOR DO ESTADO DO CEARÁ (2008)

QUESTÃO 03

O governo de um estado da Federação estuda a concessão de aumento de remuneração a seus servidores públicos. Nessa situação hipotética, a concessão do aumento só poderá ser efetivada se houver

A) lei específica prevendo o aumento e devidamente aprovada na Casa legislativa, independentemente de previsão orçamentária.

B) prévia dotação orçamentária para atender à despesa com pessoal, mesmo que esta não tenha sido prevista na LDO.

C) dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e autorização específica na LDO, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista que não necessitam dessa autorização.

D) dotação orçamentária suficiente para atender à despesa de pessoal e autorização específica na LDO, mesmo quando se tratar de empresas públicas.

E) apenas previsão específica na LDO, uma vez que a dotação orçamentária depende da previsão estipulada na LOA.